

Palavra do Presidente

Lições da greve

Flávio Roscoe Nogueira



A greve dos caminhoneiros deixa muitas lições. A primeira é a de que, no final, quem sempre paga a conta é a sociedade – você, eu, todos nós. A segunda, igualmente relevante, é a de que no Brasil não é mais possível nos limitarmos a resolver problemas pontuais e de grupos corporativistas, dos quais o governo se tornou refém. O tamanho do nosso país, o porte, a complexidade da economia e o rosário de erros e equívocos acumulados ao longo de décadas de omissão governamental, e da sociedade, cobram soluções abrangentes.

Para atender os caminhoneiros, cujo movimento foi inicialmente apoiado pela maioria da opinião pública, o governo adotou uma série de medidas que penalizam gravemente o setor produtivo, especialmente a indústria, e toda a sociedade. Um exemplo é o estabelecimento do “frete mínimo”, que eleva os custos de transporte em até 150%, conseqüentemente aumentando o preço dos produtos finais, inclusive de gêneros alimentícios, onerando o consumidor e pressionando a inflação.

Outro exemplo é a absurda redução da alíquota do “Reintegra” – programa criado para estimular as exportações brasileiras por meio do aumento da competitividade das nossas empresas. A perda da capacidade de concorrência do setor exportador brasileiro implica a redução da produção das empresas e pode aumentar o desemprego no país. Outra consequência é o desestímulo a investimentos e o estímulo à criação de empregos em países concorrentes. Vamos perder mercado e empregos. Absurdo!

A reoneração da folha de pagamento das empresas também penaliza o setor produtivo e a sociedade, na exata medida em que provoca o aumento dos custos de produção e também reduz a competitividade da indústria. É um cenário de incertezas que desestimula os empreendedores, que deixam de investir, e também os consumidores, que param ou reduzem suas compras. Sem produção e sem consumo, a economia para. Finalmente, para cobrir o rombo provocado pelo subsídio ao diesel, o governo também está retirando dinheiro de áreas essenciais e estratégicas para a população – saúde, educação e segurança pública. O que já era ruim certamente vai piorar.

Todas as medidas anunciadas pelo governo agravam os prejuízos contabilizados durante os 11 dias da greve. No período, a indústria mineira, que teve produção e vendas paralisadas, deixou de recolher mais de R\$ 500 milhões apenas de ICMS, o principal imposto na esfera estadual, utilizado principalmente nas áreas sociais. No setor produtivo mineiro, os prejuízos são gigantescos e, em algumas áreas, definitivos – além dos dias de greve, perdas de produção são irrecuperáveis. A economia perdeu mais de R\$ 12 bilhões e a indústria, R\$ 2,47 bilhões. Somado a outros fatores conjunturais, esse processo contribuiu

para a revisão do crescimento do PIB de Minas Gerais de 2,6% este ano para 1,2%. A produção industrial, cuja projeção de crescimento antes da greve era de 3,3%, deve perder 4,8 pontos percentuais e terá crescimento negativo de 1,5%.

Os prejuízos podem aumentar. Em cenários de incerteza, de tumulto e de insegurança, os empreendedores pisam forte nos freios, adiando e até abortando investimentos, especialmente neste momento em que o país ainda convive com o rescaldo da mais grave crise econômica de sua história. Esse é um alerta para que a sociedade, por todos os seus segmentos, se una para cobrar soluções definitivas e abrangentes.

Se somos nós – a sociedade – que pagamos a conta, devemos nos unir na defesa dos nossos direitos, das nossas aspirações, dos nossos sonhos. Essa é a proposta da indústria mineira – a busca permanente do diálogo, do entendimento e da aproximação entre o empresário e a sociedade em todos os seus segmentos.

Somos parte da sociedade na qual estamos inseridos, e isso significa dizer que problemas que impactam a economia, a indústria e as empresas também impactam a sociedade, os trabalhadores e suas famílias. Compartilhamos os mesmos objetivos, as mesmas dificuldades e os mesmos ideais. A indústria quer exatamente o que a sociedade também deseja: oportunidade de trabalhar e gerar riqueza, com a consciência de que é seu dever e responsabilidade criar empregos e qualidade de vida para a população.

Isoladamente, podemos até vencer batalhas – unidos, alcançaremos o objetivo final, que é a construção de um país forte em sua economia e justo na distribuição dos frutos do crescimento. Podemos começar já, em outubro, elegendo lideranças comprometidas com o Brasil, com a sociedade e com o setor produtivo.

A sociedade deve e precisa ser maior do que o Estado – o contrário está errado. Não é mais possível conviver com um Estado que consome 40% de toda a riqueza produzida no país – 34% de carga tributária e 6% de déficit fiscal – e a utiliza de forma cada vez mais onerosa e ineficiente, criando no país cidadãos de primeira e segunda classe. O exemplo mais emblemático e chocante é a previdência social, cuja reforma, necessária e urgente, o Congresso Nacional se recusou a aprovar: os aposentados do INSS recebem, em média, R\$ 1.300 mensais; os aposentados do serviço público federal, no Executivo, põem no bolso R\$ 7 mil. Para os servidores públicos do Legislativo, a média é de R\$ 16 mil, e no Judiciário, mais de R\$ 18 mil. É preciso rever também a estabilidade dos servidores públicos, de forma a assegurar o aumento da produtividade no setor.

Por que tudo isso acontece? Pelas mesmas razões pelas quais não se fazem as reformas estruturais essenciais para que o Brasil volte a crescer de forma firme e duradoura – a reforma tributária, a reforma política e a reforma da previdência. Porque, hipertrofiado, o Estado ignora a sociedade e os interesses do país. Esse é o cenário. Mudá-lo é possível. Está em nossas mãos!

*“Não é mais possível conviver com um Estado que consome
40% de toda a riqueza produzida no país (...)”*



**Palavra do
Presidente**



Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG
Av. do Contorno, 4.456 - Funcionários - 30110-916 - Belo Horizonte - MG - Tel.: 31 3263.4200 - www.fiemg.com.br